Carreira profissional:

1973 — ingressou na função pública no ex-Ministério do Ultramar;
1976 — técnico auxiliar de 2.ª classe do quadro do Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT);
1979 — designado adjunto da presidência do IICT;
1983 — técnico superior de 2.ª classe do quadro do IICT;
1986 — nomeado chefe de divisão de Planeamento, Programação e Controlo do IICT;
1988 — nomeado director de serviços de Apoio dos Serviços Sociais da Universidade Técnica de Lisboa e, por inerência, membro do conselho administrativo;
1989 — nomeado director do Departamento Financeiro da Câmara Municipal de Sintra e, por inerência, com funções de juiz auxiliar de execuções fiscais;
1989 — designado, em acumulação de funções, assessor do vereador com o pelouro da protecção civil, encarregue da montagem do respectivo Serviço Municipal de Protecção Civil no município de Sintra e do apoio ao funcionamento da Comissão Especializada de Fogos Florestais;
1991 — nomeado, precedido de concurso público, director de serviços de Planeamento e Operações do Serviço Nacional de Protecção Civil (SNPC);
1994 — nomeado subinspector-geral de Protecção Civil, do SNPC;
1996 — nomeado inspector superior de bombeiros (comandante-geral operacional) do Serviço Nacional de Bombeiros (SNB) e, por inerência, membro da respectiva direcção e do conselho superior de bombeiros;
1998 — nomeado presidente do SNPC e, por inerência, presidente do conselho administrativo e membro do conselho superior de protecção civil e do Centro Nacional de Operações de Emergência de Protecção Civil;
2000 — nomeado assessor do Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro com vista à implementação da Agência para a Qualidade e Segurança Alimentar;
2000 — nomeado adjunto do Secretário de Estado da Defesa do Consumidor com vista à implementação da Agência para a Qualidade e Segurança Alimentar;
2000 — nomeado presidente da comissão instaladora da Agência para a Qualidade e Segurança Alimentar e, por inerência, presidente do conselho coordenador;
2001 — nomeado director-geral de Viação e, por inerência, presidente do conselho administrativo;
2006 — nomeado presidente da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica.

# PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

### Despacho n.º 25 136/2007

Nos termos do n.º 3 do artigo 19.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, alterada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, dos n.os 3 e 4 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, do n.º 5 do artigo 19.º e do n.º 2 do artigo 25.º, ambos do Decreto-lei n.º 209/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, é nomeada, em comissão de serviço, para o cargo de vogal do Instituto Nacional de Recursos Biológicos, I. P., a Doutora Maria de Fátima de Sousa Calouro.

A presente nomeação, fundamentada na reconhecida aptidão da visada, tem ainda como suporte o respectivo currículo.

O presente despacho produz efeitos a partir do dia 17 de Outubro de 2007.

17 de Outubro de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.* — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva.*

### Nota curricular

Nome — Maria de Fátima de Sousa Calouro.

Nacionalidade — portuguesa.

Habilitações académicas — engenheira agrónoma pelo Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa (1973), e doutorada em Engenharia Agronómica, pelo mesmo Instituto (1998).

Carreira profissional — ingressou na Administração Pública em 1973, tendo transitado, em 1999, para a carreira de investigação, detendo, presentemente, a categoria de investigadora auxiliar do quadro de pessoal do ex-INIA, exercendo funções no Laboratório Químico Agrícola Rebelo da Silva (LQARS).

Actividades técnico-científicas e de formação:

Iniciou a sua actividade de investigação no domínio do valor alimentar das forragens mediterrânicas, em 1973, no Laboratório de Estudos de Nutrição Animal. Em 1979 foi integrada no Laboratório Químico Agrícola Rebelo da Silva, passando a desenvolver a sua actividade no campo da estatística e delineamento experimental, da programação e da simulação aplicadas à fertilidade do solo, à fertilização e nutrição mineral das culturas agrícolas. Presentemente desenvolve a sua actividade de investigação na área da nutrição mineral das plantas e do impacte ambiental da fertilização.

Tem coordenado e participado em diversos projectos de investigação (respectivamente quatro e oito, nos últimos cinco anos), no âmbito de diversos programas de investigação na área científica dos recursos naturais e ambiente.

Tem ministrado formação no âmbito da estatística experimental, da fertilidade do solo, da nutrição mineral e da fertilização das culturas e orientado a execução de diversos relatórios de estágio de licenciatura, de teses de mestrado e de doutoramento.

Tem integrado as comissões científicas de diversos eventos técnico-científicos, nacionais e internacionais, realizados no âmbito da fertilidade do solo e da nutrição mineral das culturas agrícolas.

Tem participado em reuniões, seminários, colóquios e congressos de carácter técnico-científico, onde tem apresentado diversas comunicações.

É autora ou co-autora de mais de 150 trabalhos escritos, incluindo artigos publicados em revistas de circulação nacional e internacional com arbitragem científica e de divulgação, actas de eventos técnico-científicos, monografias e outros escritos.

Representações institucionais — tem representado o ex-INIA e o LQARS em diversas reuniões nacionais e internacionais, bem como em diversos grupos de trabalho (GT) de carácter agro-ambiental, integrando, actualmente, o GT criado no âmbito do SNIERPA, com vista à contabilização das emissões/remoções associadas às actividades incluídas nos artigos 3.3 e 3.4 do Protocolo de Quioto, no qual o LQARS, na qualidade de entidade envolvida do SNIERPA (Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2005), foi definido como fonte preferencial de informação para a parametrização do carbono no solo. Tem ainda prestado apoio, na qualidade de perito, ao GPP do MADRP no âmbito da preparação da directiva relativa à protecção do solo.

Actividades de gestão:

Nomeada, através do despacho n.º 2945/2002, *Diário da República,* 2.ª série, n.º 31, de 6 Fevereiro de 2002, responsável pela direcção do LQARS, funções que continua a desempenhar;

Nomeada, através de despacho do presidente do INIA de 24 de Abril de 2001, responsável pelo Departamento de Fertilizantes e Protecção do Ambiente do LQARS (2001-2002);

Indigitada responsável pelo Sector de Informática e Estatística Experimental do LQARS (1985-2001).

# MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

## Gabinete do Ministro

### Despacho n.º 25 137/2007

Nos termos do Decreto-Lei n.º 192/95, de 28 de Julho, e do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de Abril, determino que a ajuda de custo diária a abonar a todos os elementos sem vínculo à função pública, bem como a todas as personalidades convidadas no âmbito da Comissão da Presidência Portuguesa para os Assuntos do Ministério das Finanças e da Administração Pública deverão ser processadas de forma idêntica às atribuídas aos funcionários e agentes com vencimentos superiores ao valor do índice 405.

O presente despacho produz efeitos a 22 de Março de 2007.

20 de Julho de 2007. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos.*

### Despacho n.º 25 138/2007

Considerando que, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de Abril, foi concedida a Maria da Conceição Coelho licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau;